



Reprodução & Climatério

<http://www.sbrh.org.br/revista>



Artigo original

Violência obstétrica no processo de parturição em maternidades vinculadas à Rede Cegonha

Francisca Alice Cunha Rodrigues^a, Samira Valentim Gama Lira^b,
Poliana Hilário Magalhães^{b,*}, Ana Luiza e Vasconcelos Freitas^b,
Verônica Maria da Silva Mitros^b e Paulo César Almeida^a

^a Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil

^b Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, CE, Brasil

INFORMAÇÕES SOBRE O ARTIGO

Histórico do artigo:

Recebido em 10 de outubro de 2016

Aceito em 6 de dezembro de 2016

On-line em xxx

Palavras-chave:

Violência contra a mulher

Obstetrícia

Parto humanizado

R E S U M O

Objetivos: analisar a violência institucional contra mulheres no processo de parturição em maternidades vinculadas a Rede Cegonha de Fortaleza/Cascavel.

Material e Métodos: Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa, realizado em onze hospitais-maternidades, de média e alta complexidade da rede de atenção à saúde da mulher no estado do Ceará, composta por 11 hospitais-maternidades, participaram da pesquisa 3.765 puérperas de parto transpelveano que se encontravam nas unidades de alojamento conjunto das referidas instituições.

Resultados: Sobre as características sociodemográficas das participantes da pesquisa tinham entre 20 a 34 anos (62,1%), tratando-se do suporte emocional que deve ser oferecido durante o parto, as participantes relataram que tiveram a presença de visitas (82,9%), em relação as atitudes que ocasionaram sentimentos de hesitação as participantes afirmaram que sentiam segurança (89,4%).

Conclusões: A pesquisa demonstra a importância de um atendimento humanizado adequado através da estruturação e organização da atenção materno-infantil proposto pela rede cegonha.

© 2016 Sociedade Brasileira de Reprodução Humana. Publicado por Elsevier Editora Ltda. Este é um artigo Open Access sob uma licença CC BY-NC-ND (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

Violence obstetric in the parturition process in maternities linked to the Stork Network

A B S T R A C T

Objectives: to analyze the institutional violence against women in the parturition process in maternity hospitals linked to Stork Network of Fortaleza/Cascavel.

Material and Methods: This is a descriptive study with a quantitative approach, performed in eleven maternities, medium and high complexity of the network of health care of women

Keywords:

Violence against women

Obstetrics

Humanizing delivery

* Autor para correspondência.

E-mails: polianahm@gmail.com, polyanahm@hotmail.com (P.H. Magalhães).

<http://dx.doi.org/10.1016/j.recli.2016.12.001>

1413-2087/© 2016 Sociedade Brasileira de Reprodução Humana. Publicado por Elsevier Editora Ltda. Este é um artigo Open Access sob uma licença CC BY-NC-ND (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

in the state of Ceará, composed of 11 maternity hospitals, participated in the survey 3.765 transpelvic birth mothers who were in the accommodation units set of these institutions.

Results: About the sociodemographic characteristics of the study participants were between 20-34 years (62.1%), in the case of emotional support that should be offered during delivery, the participants reported that they felt the presence of visits (82.9%) in relation to the attitudes that led to feelings of hesitation the participants said they felt security (89.4%).

Conclusions: The study demonstrates the importance of an appropriate humanized care through the structure and organization of maternal and child care proposed by the stork network.

© 2016 Sociedade Brasileira de Reprodução Humana. Published by Elsevier Editora Ltda.

This is an open access article under the CC BY-NC-ND license (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

Introdução

O termo violência obstétrica agrupa atos de desrespeito, assédio moral e físico, abuso e negligência, e só nos últimos anos vem sendo levado a sério por pioneiros na comunidade dos profissionais de saúde, administradores hospitalares e na justiça.¹

Com o engenho do programa da Rede Cegonha, a Ouvidoria Geral do SUS, em parceria com a Coordenação Geral de Saúde das Mulheres, o questionário de pesquisa da Rede Cegonha. Ao tempo em que se desenvolvia no Ministério da Saúde a pesquisa da Rede Cegonha, os anos seguintes passaram a abordar o tópico da violência na atenção obstétrica com mais intensidade.

O estudo *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado* realizada pela Fundação Perseu Abramo,² apontou que uma em cada quatro mulheres já sofreram algum tipo de violência na atenção obstétrica. A pesquisa mostra um cenário bastante crítico para o sistema de saúde pública brasileira, onde as gestantes relataram ter sofrido, na hora do parto, algum desrespeito ou maltrato ao procurar assistência em maternidades, no atendimento durante o pré-natal ou no momento do parto.

Esse tipo de violência é pouco identificado devido à falta de conhecimento desses abusos por parte das parturientes. Considerando que essas práticas só podem ser enfrentadas caso haja o reconhecimento desse fenômeno, a Violência Obstétrica (VO) é definida como uma apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais de saúde, através do tratamento desumanizado, abuso da medicalização e patologização dos processos naturais, causando a perda da autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seus corpos e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres.^{3,4}

O parto é considerado um marco na vida de uma mulher, caracterizado por uma explosão de sentimentos tendo em vista a chegada de um novo membro na família. Entretanto, as situações de violência durante a parturização são muito presentes, transformando o que poderia ser uma experiência prazerosa e única em uma lembrança traumática e dolorosa.^{5,6}

Para que seja oferecido um atendimento integral e eficiente, com priorização de ações que abrangem conhecimentos, atitudes e práticas humanizadas deve haver o envolvimento de todas as esferas de serviços de saúde para reconhecer as

lacunas que dificultam a execução de um parto humanizado. Dessa forma, ao assumir a existência da violência obstétrica como uma prática comum e ao compreender o impacto que ela ocasiona às puérperas percebe-se a importância das políticas públicas voltadas para a atenção materno-infantil.

Apesar de já existirem políticas específicas que garantem um cuidado humanizado durante o processo de parturização, revela-se que os abusos de poder por parte das instituições e de seus profissionais sobre a saúde da mulher estão cada vez mais presentes. A epidemiologia evidencia esse aumento na incidência dos casos de violência obstétrica, de forma que uma em cada quatro mulheres afirmam já ter sofrido violência no parto, ou seja, 25% das brasileiras que são atendidas nas redes pública e privada, relatam que se sentiram violentadas.⁷

O Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN) foi criado, inclusive, com o propósito de contribuir para uma melhoria durante a assistência ao parto e ao recém-nascido, assegurando melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do atendimento. Ele traz a compreensão de humanização por meio do acolhimento com dignidade a mulher, seus familiares e o recém-nascido, incluindo atitudes éticas, criando um ambiente harmonioso para esse momento. Além da adoção de procedimentos benéficos, evitando práticas intervencionistas desnecessárias.

Essa abordagem humanizada surge como um princípio a fuga do modelo convencional, tecnocrático, e busca o resgate do protagonismo da gestante e do respeito à singularidade da mulher. Por ser um conceito complexo, que reflete mudanças de paradigmas, o parto humanizado tem sido objeto de atenção.⁸ Um atendimento que proporciona o protagonismo da mulher durante o processo de parturização e uma assistência pautada nos princípios do Sistema Único de Saúde (equidade, integralidade e universalidade) minimiza a probabilidade da ocorrência da violência obstétrica, demonstrando a implementação das ações preconizadas pelas políticas públicas existentes, por meio da atuação dos profissionais de saúde.^{9,10}

Portanto, com o intuito de unificar e melhorar a assistência à Saúde da Mulher, em 2011, instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde, foi implementada a Rede Cegonha que visa assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudável.¹¹

Download English Version:

<https://daneshyari.com/en/article/8783648>

Download Persian Version:

<https://daneshyari.com/article/8783648>

[Daneshyari.com](https://daneshyari.com)